

**#BNCC: carta aberta sobre políticas educacionais e e-narrativas no Twitter**

**#BNCC: open letter on educational policies and e-narratives on Twitter**

**#BNCC: carta abierta sobre políticas educativas y e-narrativas en Twitter**



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.15687/rec.v15i2.62654

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

**Resumo:** *Hashtag BNCC...* Eis o que nos move a escrever uma carta a quem pesquisa sobre as políticas curriculares no Brasil, em meio ao avanço da utilização de plataformas virtuais de interação – chamadas comumente de redes sociais –, sobretudo no contexto da pandemia de COVID-19. Arriscamo-nos num processo dialógico e inventivo de fazer pesquisa COM, criando, apresentando e movimentando questões a partir de postagens publicadas no Twitter, as quais nomeamos de e-narrativas. Tais escolhas se devem ao fato de considerarmos que os tuites têm algo a dizer sobre o acontecido nos espaços onde se faz a educação, por isso podem ser entendidos como narrativas que contêm pistas para estudos curriculares. Também fomos provocados pelos debates gerados no IX Colóquio Internacionais de Políticas e Práticas Curriculares, organizado de forma remota pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares, em 2020. Com isso, pretendemos chamar a atenção da comunidade científica para questões sinalizadas nas postagens – que traduzem anúncios e denúncias e inquietações e dúvidas e desejos e... –, bem como para a necessidade de (re)pensarmos as escolhas que temos feito quanto ao diálogo e a comunicação de nossas pesquisas, sobretudo no que se refere às comunidades escolares e aos cursos de formação docente.

**Palavras-chave:** BNCC. E-narrativas. Cartas pedagógicas.

Recebido em: 01/05/2018

Aceito em: 03/08/2018

Publicação em: 15/10/2022

**Franklin Kaic Dutra-Pereira**

Doutor em Ensino de Ciências e Matemática

Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil.

E-mail: [franklinkaic@gmail.com](mailto:franklinkaic@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4486-6124>

**Saimonton Tinôco**

Doutor em Educação Especial

Professor da Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

E-mail:

[saimonton.tinoco@academico.ufpb.br](mailto:saimonton.tinoco@academico.ufpb.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4824-5421>

**Como citar este artigo:**

DUTRA-PEREIRA, F. K.; TINÔCO, S. TÍTULO DO #BNCC: carta aberta sobre políticas educacionais e e-narrativas no Twitter. **Revista Espaço do Currículo**, v. 15, n. 2, p. 1-7, 2022. ISSN1983-1579. DOI: <https://10.15687/rec.v15i2.62654>.

**Abstract:** Hashtag BNCC... This is what moves us to write a letter to those who research curriculum policies in Brazil, amid the advancement of the use of virtual interaction platforms – commonly called social networks –, especially in the context of the SARS-CoV-2 pandemic. We venture into a dialogical and inventive process of doing research WITH, creating, presenting, and moving questions from posts published on Twitter, which we call e-narratives. Such choices considered that tweets have something to say about what happened in the spaces where education takes place, so they can be understood as narratives that contain clues for curricular studies. We were also provoked by the debates generated at the IX International Colloquium on Curricular Policies and Practices, organized remotely by the Group of Studies and Research in Curricular Policies, in 2020. With this, we intend to draw the attention of the scientific community to issues highlighted in the posts – which translate announcements and denunciations and concerns and doubts and desires and... –, as well as the need to (re)think the choices we have made regarding the dialogue and communication of our research, especially regarding schools and teacher training courses.

**Keywords:** BNCC. E-narratives. Pedagogical letters.

**Resumen:** Hashtag BNCC... Eso es lo que nos mueve a escribir una carta a quienes investigan políticas curriculares en Brasil, en medio del avance del uso de plataformas de interacción virtual –comúnmente llamadas redes sociales–, especialmente en el contexto de la pandemia de SARS-CoV-2. Nos aventuramos en un proceso dialógico e inventivo de investigar CON, creando, presentando y moviendo preguntas de publicaciones en Twitter, que llamamos e-narrativas. Tales elecciones consideraron que los tuits tienen algo que decir sobre lo sucedido en los espacios donde se desarrolla la educación, por lo que pueden ser entendidos como narraciones que contienen pistas para estudios curriculares. También nos provocaron los debates generados en el IX Coloquio Internacional sobre Políticas y Prácticas Curriculares, organizado a distancia por el Grupo de Estudios e Investigaciones en Políticas Curriculares, en 2020. Con ello pretendemos llamar la atención de la comunidad científica sobre temas destacados en los posts – que traducen anuncios y denuncias y preocupaciones y dudas y deseos y... –, así como la necesidad de (re)pensar las elecciones que hemos hecho en cuanto al diálogo y la comunicación de nuestras investigaciones, especialmente en lo que respecta a las escuelas y cursos de formación de maestras y maestros.

**Palabras clave:** BNCC. E-narrativas. Cartas pedagógicas.

Brasil, entre maio/2021 e março/2022.

Olá, Pesquisadora... Olá, Pesquisador!

**E**speramos que estejam bem e com saúde, apesar de tantas perdas e adoecimentos que temos enfrentado nesta pandemia de Covid-19. Escolhemos a epístola como forma de viabilizar essa “conversa complicada” (como diria William Pinar) sobre currículos, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e plataformas virtuais de comunicação. Gostamos do tom informal e do caráter dialógico que esse gênero textual tem, da linguagem acessível e do intercâmbio afetivo que nos proporciona. Afinal, narrar é um ato político e de liberdade.

Sabemos que tal escolha não é comum de acontecer na atualidade, sobretudo em produções acadêmicas. Mas gostaríamos de te lembrar que as cartas já foram muito utilizadas entre pesquisadoras e pesquisadores de outras épocas, para trocas científicas quando as distâncias geográficas não podiam ser facilmente vencidas. Os avanços da ciência e da tecnologia possibilitaram a superação de vários dispositivos e desafios, no entanto as cartas fizeram e fazem parte das civilizações, mesmo em tempos de internet e de correio eletrônico.

Além do recurso à carta, recorreremos às e-narrativas presentes numa das plataformas virtuais mais utilizadas na atualidade brasileira, o *Twitter*. A partir delas, buscamos *links* que podem ser estabelecidos entre ensino e sociedade tecnológica e... sobre o que as e-narrativas apresentam em relação à BNCC e... que visões internautas vêm construindo sobre a BNCC nas plataformas virtuais de comunicação e... quais potencialidades têm as e-narrativas sobre a BNCC e...

Pensamos que a criação de tais problemas pode funcionar como disparadora da (re)elaboração de

questões presentes no campo dos estudos curriculares, produzindo enfrentamentos de poderes conservadores e neoliberais, ao *pensarmosfazermosacontecermos* as nossas vidas. Tais poderes, advindos sobretudo de grupos de interesse privatista, operam a partir de (con)tradições que (re)existem na arena da escolarização e que, por isso, funcionam como atrativos ao apresentarem possibilidades de ressignificação.

Fazemos tais destaques, pois estamos (sobre)vivendo a uma (re)formulação curricular feita às pressas e pautada na narrativa de que os currículos não estavam de acordo com as demandas (inter)nacionais. No entanto, como analisaram Rebecca Tarlau e Kathryn Moeller, sempre houve influência de fundações privadas e de lideranças corporativas em tais discursos, difundidas com filantrópicas, porém com interesses financeiros explícitos.

Como temos sentido na pele, estamos a mercê de uma política de estado mínimo, caminhando para o extermínio da população menos favorecida economicamente. Com o advento da pandemia global de COVID-19, a situação se agravou e, enquanto participávamos do IX Colóquio Internacionais de Políticas e Práticas Curriculares, realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares, discutíamos sobre discursos de anticiência que influenciam e contribuem para a perda de milhares de vidas brasileiras, inclusive pelo descrédito e/ou ausência de vacinas.

Quando a sociedade participa efetivamente dos debates, da elaboração e da construção de políticas curriculares há possibilidade de que suas demandas sejam consideradas, que justiça social e cognitiva seja feita. No entanto, dormimos com os Parâmetros Curriculares Nacionais e acordamos com a aprovação de uma BNCC, sob o pretexto de termos sido amplamente ouvidos. E, com isso, veio a confirmação de competências e habilidades que lastreiam uma educação pautada na meritocracia, na individualização e, conseqüentemente, na formação de mão-de-obra barata para empregos precários, característicos de sociedades (neo)capitalistas, (neo)liberais, (neo)conservadoras e (neo)fascistas.

Pela forma como foi elaborada e imposta, a BNCC produz(iu) uma reforma arrogante, indolente e malévola, como adjetiva Maria Luiza Süsskind, no intento de promover alterações na maneira como o conhecimento é/era organização nas escolas, ou seja, nos modos em que “deve” (ou não) ser ensinado nas escolas brasileiras. Com isso, assumiu categoricamente o caráter prescritivo e regulatório do currículo escolar, desconsiderando as histórias de vida de sujeitos que compõe a escola, de quem faz o currículo acontecer.

Como nos lembram Margarete Mead e Gregory Bateson, a estrutura social e o modo como a aprendizagem é organizada numa sociedade determinam muito mais do que os conteúdos. Regulam não somente a forma como os indivíduos aprenderão a pensar, mas também o modo como o acúmulo de aprendizado é compartilhado e, conseqüentemente, utilizado. Assim, entendemos o interesse que grupos empresariais vêm demonstrando em patrocinar a construção de uma política curricular prescritiva.

É por isso que Ivor Goodson nos adverte que, ao invés de escrevermos novas proposições curriculares ou realizarmos reformas educacionais, questionemos a validade de prescrições já assimiladas, deslocando-nos para um currículo como narrativa. As narrativas – sejam elas escritas, faladas, desenhadas – são escritivências e escritivências de si, do outro, do mundo, com um final aberto, diriam Sandra Corazza e companhia. É poder. É sentir. É política. É expressão. É arte. E, então, currículo *vividoexperenciado*, que se afasta de um currículo desinteressante.

Com base nesse entendimento acessamos e-narrativas escritas com a *hashtag* BNCC, postadas no Twitter. Nosso intuito foi conhecer modos como opera(va)m as letras nesta plataforma virtual de comunicação, visto que as *hashtags* são informações das publicações de internautas sobre aquele “assunto do momento”, naquele *espaçotempo*. Com elas, é possível compor nossa percepção de mundo, de escola, de ciência, de viver, de ser e, conseqüentemente, de construir currículos e ler a BNCC.

Se você, leitor(a), não costuma tuitar, podemos te contar outras características. *Hashtag* é um termo que caracteriza os tópicos que podem ser pesquisados nas plataformas virtuais de comunicação,

bastando para isso a utilização do “jogo da velha” antecedendo uma palavra, sigla, expressão, como por exemplo a #BNCC. Costumam ser facilmente encontradas quando há algum debate polêmico, podendo ter a participação de milhares de pessoas em questão de segundos.

Mesmo sem ter vivido em tempos de internet, Walter Benjamim já denunciava que a cada manhã recebemos notícias de todo o mundo, que nos chegam acompanhadas de explicações. Tal fato, segundo esse autor, nos faz carecer de histórias surpreendentes. Em sentido análogo, o contemporâneo Jorge Larrosa analisa que o sujeito moderno, tido como informado, é alguém que tem uma opinião supostamente pessoal, própria e, às vezes, supostamente crítica sobre tudo o que se passa, sobre tudo aquilo de que tem informação.

Sendo assim, acessarmos e-narrativas sobre BNCC é reconhecermos que informações têm chegado; é problematizá-las quanto ao que se tratam, é pensarmos sobre como têm chegado e que ecos têm produzido entre nós – professoras e professores, formados e em formação –, nos diversos contextos desse nosso país continental. Significa, inspirados em Michel de Certeau e Deleuze, dialogarmos sobre como as trajetórias se desenham, que movimentos realizam, que performances produzem, diante de relações de controle-saber-poder.

Como muitas vezes pensamos, não tem sido apenas professoras e professores universitários que têm produzido escritas com críticas relacionadas à BNCC. Profissionais da Educação Básica e estudantes das licenciaturas também têm publicado, mas utilizando-se de outras estratégias e plataformas, outros gêneros e suportes textuais. Ao rolar nossos dedos sobre a tela, na procura por e-narrativas sobre a BNCC no *Twitter*, encontramos posicionamentos, pressões, questionamentos, dúvidas e anseios em relação ao referido documento. É sobre tais ocorrências que gostaríamos de escrever-lhes, a partir de agora.

Dentre as narrativas em disputa, nossas universidades públicas e as associações que representam docentes das referidas instituições têm produzido pronunciamentos, em manifestações escritas e *lives*, posicionando-se de forma contrária à BNCC e seus derivados. Tuiteiros estão atentos a tais movimentos e, por isso, têm se pronunciado também: “me deu a louca hoje e fui ler uns artigos sobre currículo, BNCC e etc, dar uma reciclada, e velho, é crítica em cima de crítica, e mesmo assim o documento foi aprovado e vem sendo implantado, ou seja, ‘cês’ vão criticar, mas mesmo assim vai ser aprovada.”

Em nossas manifestações especializadas, clamamos pela revogação de documentos em processo de implantação, pretendendo que tal dinâmica seja suficiente para conter uma onda que se propaga como um tsunami. Mas, ao que parece, ainda falta (in)formação: “eu lembro da minha revolta vendo a BNCC na faculdade em 2015, antes de ela ser implantada, na fase que ela ainda estava aberta a discussões, mas ninguém sequer fazia ideia da existência dela e, se bobear, continuam sem saber.”

Enquanto bradamos a resistência – algumas vezes somente entre nós mesmos –, traduções outras da BNCC são produzidas e propagadas por interessadas/interesseiras instâncias, na mesma proporção que as variantes do Coronavírus. Seja por adesão voluntária a propagandas sedutoras, fácil oferta de formações “gratuitas” e/ou condicionamento de financiamento governamental, o documento tem sido acomodado em por estados e municípios, indo em sentido contrário ao pretendido pela academia (ou de alguns que a compõe?): “Quería muito ler algo mais crítico sobre a BNCC. Ouvei muito falarem bem até porque tive aula com uma professora que participou do processo de fazer ela. Sei lá acho bom um contraponto.”

As discussões que temos produzido na universidade algumas vezes se limitam a serem divulgadas em eventos e associações dos quais participamos, deixando de fora até os cursos de formação docente onde atuamos: “eu acho muito doído que na licenciatura a gente demora muito para ter acesso à BNCC.”. Isso nos leva a alguns questionamentos: para quê temos discutido a BNCC? Com quem?

Entre aquelas/aqueles colegas que defendem tal política curricular e, com isso, referendam a “implantação” do documento, circula a ideia de que docentes da Educação Básica não conhecem bem o documento porque não o leram: “Eu abri a BNCC e vi as 600 páginas, fechei e vim deitar até tomar coragem de começar a montar esse trabalho.”. Mas alguns docentes devolvem: “Por qual motivo a BNCC tem que ser tão grande e repetitiva? Será que o brasileiro não consegue ser objetivo em documentos oficiais?”.

No intuito de “solucionar” tal problema, algumas dessas pesquisadoras e desses pesquisadores

têm se engajado na produção de versões resumidas do material, na forma de livros e/ou formações remotas, aliciadas e aliciados pelo pedido (ou seria pelo cachê?) de editoras e grupos empresariais. Com esse movimento de construir soluções instantâneas, suspendem – mesmo que temporariamente – a problematização de motivos que levariam a essa não leitura e suas reações diversas: “gente que preguiça da BNCC eu quero me enfiar num buraco e fugir eternamente dela [...]”. “Odiar a BNCC faz parte do caráter da normalista moderna.”. “A BNCC é tão linda na teoria, as vezes eu viajo imaginando eu dando aula no ensino médio, aí lembro das minhas vivências pessoais e já soffro.”

Mas, para além da falta tempo para dar conta da extensão da BNCC e da pouca disposição para encarar suas repetições enfadonhas, os tuites também apontam para a qualidade da formação que temos oferecido, tanto na Educação Básica quanto na formação docente. Às vezes falta repertório para uma leitura crítica do documento, seja interpretativo seja conceitual: “Toda vez que eu tenho que recorrer a BNCC eu tenho um surto. Custava fazer algo mais claro? Eu entro lá pra tentar tirar uma dúvida e volto com mais 5.”.

Como sinalizam as postagens, que se juntam a algumas publicações científicas da área, as traduções do documento têm sido atravessadas por condições de trabalho e de formação profissional, que abrem um leque de soluções mercadológicas, tais como: *lives* de institutos e fundações, materiais didáticos apostilados (incluindo-se, nessa lista, os livros didáticos do novo Programa Nacional do Livro Didático), pacotes de planos de aula “alinhados” à BNCC, metodologias ativas “inovadoras”... e por aí vai!

Com isso, naturalizamos a ideia que “um documento que tem +600 páginas devem esconder cada coisa. É bem louco que o processo de implantação dela só começou mesmo em 2017 e até hoje muita coisa não é do nosso conhecimento.”? É nesse cenário de (des)conhecimento, cara leitora/caro leitor, que a política pública defendida pelo Ministério da Educação vem acontecendo, o que confirma a impossibilidade de padronização tão desejada pelos formuladores dessa política educacional.

Nesse sentido, precisamos que nossas universidades públicas continuem problematizando a BNCC e outras políticas dela decorrentes, mas também propondo mais espaços e dispositivos de ampla comunicação de nossos estudos. Além disso, que alarguemos as estratégias de conhecer o que docentes da Educação Básica pensam a respeito da BNCC e o que disso fazem, para que ultrapassemos discursos confortáveis de resistência ao documento. Em tal caminho, ferramentas dialógicas como essa carta e as e-narrativas nela contidas talvez sejam algumas das tantas possibilidades de como viabilizarmos isso, ao oferecerem pistas para (re)pensarmos as diferentes crenças e apropriações em torno de políticas formativas.

É ouvindo (e considerando) a polifonia e pluralidade de discursos curriculares que poderemos criar coletivamente alternativas, que conversem com os contextos e cotidianos das escolas (incluindo aqui as universidades). Lugares de (r)existência, de dúvidas e questionamentos, sejam estes quais forem: “Vocês sabiam que na versão final da BNCC, suprimiriam todas as discussões de gênero? E que sexualidade foi totalmente reduzida a aspectos biológicos? E que era pra ter uma unidade temática falando só sobre as relações da ciência com a história, cultura e sociedade, mas foi tirada?”. Afinal, cara leitora e caro leitor, uma Base que homogeneiza, exclui e inviabiliza o que não está de acordo com a “sociedade padrão” e os interesses do mercado precisa ser problematizada.

Sendo assim, e atravessados pelas e-narrativas e por estudos do campo curricular, entendemos que a BNCC desconsidera demandas e necessidades das instituições educativas – pedagógicas e... políticas e... epistemológicas e... físicas e... –, pois o papel formativo é reduzido a ensinar conteúdos “mínimos” necessários às recentes configurações do trabalho, colaborando para o adensamento das desigualdades em nosso país. Nessa visão, a formação docente é facilitada e... simplificada e... reduzida e... ajustada e... Afinal, “é fácil ser professor, a gente só precisa preparar os alunos para profissões que ainda não existem, para usar tecnologias que não foram inventadas e para resolver problemas que ainda não conhecemos (segundo a BNCC).”.

O Twitter e sua #BNCC ainda nos convida a pensar sobre as políticas de ingresso e formação nas/das universidades públicas brasileiras, uma vez que as Bases supõem mudanças nos rumos que temos

construído até então: “no papel ela pode ser bem legal, mas tem vários pontos para ficar de olho. Precarização da educação pelo ‘mau uso’ do ensino técnico é um ponto. O outro são os itinerários formativos: muito legais, caráter regional e tudo, mas como os vestibulares se encaixam nessa conta?”. Tais apontamentos trazem implicações quanto ao acesso e perfil estudantil, mas também dizem respeito aos nossos projetos formativos, que precisam considerar criticamente aspectos como os que agora foram citados.

É, caro leitor/cara leitora, são várias as questões sobre as quais precisamos nos debruçar, ainda há muito a ser (inter)dito e... pesquisado e... tuitado e... publicado e..., considerado quantas forem as possibilidades e os espaços de acontecimentos curriculares. Algumas delas ainda não contempladas em nosso mundo acadêmico, embora já e-narradas, como as nossas aproximações com tais tuites nos fizeram ver. Também nos fizeram lembrar da introdução do livro “O murmúrio dos fantasmas”, de Boris Cyrulnik. Apesar de, na obra, o autor fazer referência à outra história, um trecho pode nos ajudar a refletir sobre a trajetória da BNCC e a algumas reações por ela desencadeadas.

Ninguém imaginaria que era um fantasma. Porque ela era bonita demais, suave demais, resplandecente. [...] Ela, no entanto, nos deslumbrava. Deveríamos ter desconfiado. Que poder tinha para nos encantar tanto, nos arrebatou [...]. tínhamos caído numa armadilha, a ponto de não percebermos que ela estava morta havia muito tempo. (CYRULNIK, 2005, p. 1).

A metáfora do fantasma e sua morbidade nos remetem às características recentes das políticas educacionais curriculares brasileiras: algumas e alguns de nós “tínhamos caído numa armadilha”? Se para tantos o lema era o posicionamento contrário e a elaboração de declarações escritas de resistência, para outros não havia problema em termos uma base e, assim, nos envolvermos diretamente em sua construção. Por isso, nos convém insistentemente perguntar: como estão as discussões da BNCC nas escolas? Nos estados e municípios? E em nossas universidades? Afinal, como nos disse Elizabeth Macedo, a BNCC reforça o lugar de controle e define o que deve ser jogado para o lugar da invisibilidade.

## REFERÊNCIAS

BATESON, Gregory. **Mind and nature: a necessary unity**. Nova Iorque: Batam Books, 1979.

BENJAMIN, Walter. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Obras escolhidas, vol. 1. - Magia e técnica, arte e política).

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192). Brasília: MEC, 2017.

Acessado em 17 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP no 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP no 15/2017. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192). Brasília: MEC, 2018.

Acessado em 17 fev. 2021.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CORAZZA, Sandra Mara; RODRIGUES, Carla Gonçalves; HEUSER, Ester Maria Dreher; MONTEIRO, Silas Borges. **ESCRILEITURAS: um modo de ler-escrever em meio à vida. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1029-1044, out./dez. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/gshzjMpKnNGtLwdS3V9Z54L/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em 23 mar. 2022.

CYRULNIK, Boris. **O murmúrio dos fantasmas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Psicologia e Pedagogia).

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. 3. ed., São Paulo: Editora 34, 2013.

DUTRA-PEREIRA, Franklin Kaic; RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva; THIENSEN, Juarez da Silva. Políticas curriculares de Educação Básica: experiências e desafios. **Canal Colóquio Internacional de Currículo**. 21 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IDkbasoBcb8>. Acessado em 23 mar. 2022.

GOODSON, Ivor F. **As políticas de currículo e de escolarização**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOODSON, Ivor F. **Currículo, narrativa pessoal e o futuro social**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

LAROSSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em 23 mar. 2022.

MACEDO, Elizabeth. Mas a escola não tem que ensinar? conhecimento, reconhecimento e alteridade na teoria do currículo. **Currículo sem Fronteiras**, v. 17, n. 3, p. 539-554, 2017. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3articles/macedo.pdf>. Acessado em 23 mar. 2022.

MEAD, Margaret. **Continuity in cultural evolution**. New Haven: Yale University Press, 1964.

PINAR, William. **What is curriculum theory?** New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2012.

SÜSSEKIND, Maria Luiza. A BNCC e o “novo” Ensino Médio: reformas arrogantes, indolentes e malévolas. **Retratos da Escola**, v. 13, n. 25, p. 91-107, 2019. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/980>. Acessado em 23 mar. 2022.

SÜSSEKIND, Maria Luiza. Conversas complicadas com os currículos e os cantos dos estados-nação. **Momento - Diálogos em Educação**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 277-286, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9508>. Acessado em 23 mar. 2022.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 553-603, 2020. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss2articles/tarlau-moeller.pdf>. Acessado em 23 mar. 2022.

TINÔCO, Saimonton; DIAS, Adelaide; LEAL, Fernanda de Lourdes Almeida. Políticas de currículo e infância: percursos formativos e campos de experiência. **Canal Colóquio Internacional de Currículo**. 21 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VNWmc8DCm8k>. Acessado em 23 mar. 2022.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).